

RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO DO PARLAMENTO EUROPEU**DESTINADO À COMISSÁRIA INDIGITADA****Ylva JOHANSSON****Comissária indigitada para os Assuntos Internos****1. Competência geral, empenho europeu e independência pessoal**

Quais são os aspetos das suas qualificações e experiência pessoais que considera particularmente relevantes para vir a ser Comissária e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? Quais são as suas motivações? De que modo contribuirá para a apresentação da agenda estratégica da Comissão? Como tenciona aplicar na prática a integração da perspectiva de género e integrar esta última em todas as áreas políticas da sua pasta? Que garantias de independência pode dar ao Parlamento Europeu e como tenciona assegurar que nenhuma das suas atividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?

No início da minha carreira política, na altura em que a Suécia planeava solicitar a adesão à UE, mudei de partido político e aderi à família política que apoiava a adesão à UE. Esta mudança de filiação partidária foi motivada pela minha firme convicção de que a Europa era a escolha e o destino certo para o meu país. Fiel a esta convicção, defendi ativamente a adesão da Suécia à UE durante a campanha para o referendo. Foi uma grande honra fazer parte do Governo sueco quando a Suécia se tornou membro da UE. Desde então, fui por diversas vezes membro do Governo sueco.

Sou uma europeísta convicta e acredito firmemente na integração e na cooperação europeias. Desde a adesão da Suécia à UE, desempenhei um papel ativo nos projetos europeus, com variadas funções e mandatos políticos. Mais recentemente, enquanto ministra do Trabalho na Suécia, assumi um papel ativo no domínio do Emprego e da Europa Social. Ao longo de toda a minha carreira, a minha forma de trabalhar apoiou-se na colaboração e tenciono prosseguir esta via quando der a minha colaboração para a agenda estratégica da Comissão. A União Europeia assenta em valores comuns e é minha firme convicção que só poderemos enfrentar os desafios comuns com base nestes valores, através de compromissos e colaboração, que constituem as pedras angulares da forma europeia de trabalhar em conjunto.

Enquanto ministra, foi com grande orgulho que participei na configuração da política em matéria de emprego, integração e migração. Fiz parte de cinco governos diferentes. Todos eles eram governos minoritários, sendo essencial uma estreita cooperação entre os grupos e imprescindível uma boa colaboração com o Parlamento. Considero que a colaboração com o Parlamento Europeu é uma condição de sucesso incontornável e desejo prosseguir-la como parte essencial do meu mandato. Uma colaboração sólida com o Parlamento Europeu irá reforçar as minhas funções como Comissária responsável pelos Assuntos Internos.

A integração da perspetiva de género em todos os domínios políticos é algo que me toca de perto e para o qual tenho trabalhado desde há muitos anos ao longo da minha carreira. Tenho aplicado na prática a integração da perspetiva de género e possuo uma sólida experiência de orçamentação sensível ao género, um instrumento importante para a integração da perspetiva de género em todas as ações de governo. Todas as decisões políticas que dizem respeito às pessoas, dizem respeito, por definição, tanto aos homens como às mulheres. É importante que todas as opções políticas e orçamentais tenham em conta os efeitos tanto para os homens como para as mulheres e sejam equacionadas em consequência. As estatísticas discriminadas entre homens e as mulheres, no que toca às opções estratégicas, são um instrumento fundamental para este fim.

Além disso, este princípio está também consagrado no artigo 8.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, segundo o qual «na realização de todas as suas ações, a União terá por objetivo eliminar as desigualdades e promover a igualdade entre homens e mulheres». Inscreve-se também no «Compromisso estratégico para a igualdade de género, 2016-2019» da Comissão, que estabelece que a promoção da igualdade entre homens e mulheres deve ser garantida através da integração de uma perspetiva de igualdade de género em todos os aspetos das intervenções da UE. Nesta matéria, tenho uma vasta experiência pessoal ao nível do governo de um Estado-Membro, que considero ser útil para as minhas novas funções.

A presidente eleita Ursula von der Leyen, na sua agenda, atribuiu uma elevada prioridade à igualdade entre homens e mulheres e comprometeu-se a dar o exemplo, constituindo um Colégio totalmente paritário. Tenciono aplicar o mesmo princípio à minha equipa.

Estou igualmente empenhada em ter como base a iniciativa «No-Women-No-Panel», lançada em fevereiro, e garantir que os eventos públicos organizados pela Comissão apresentam painéis equilibrados em termos de género. Terei igualmente em conta este princípio ao decidir sobre a minha própria participação em eventos e painéis.

Uma nova estratégia para promover a igualdade entre homens e mulheres constitui uma oportunidade para melhor desenvolver o conceito e a aplicação da integração da perspetiva de género em todas as políticas da UE. É minha convicção também que uma maior integração da perspetiva de género na definição das diferentes políticas permite uma melhor utilização dos recursos, torna as políticas mais eficientes, contribui para o desenvolvimento sustentável e cria sociedades mais justas. A Comissão continuará a ter em conta o impacto sobre a igualdade entre homens e mulheres na preparação de todas as suas propostas. Esses impactos serão referidos na exposição de motivos dessas propostas.

A integração da perspetiva de género é aplicada ao processo orçamental, com o objetivo de assegurar que a política orçamental e a afetação de recursos, bem como a conceção das políticas, têm em conta as necessidades e as condições de vida das mulheres e dos homens, das raparigas e dos rapazes.

A integração da perspetiva de género significa também dar particular atenção, em todas as atividades relacionadas com a minha pasta, ao impacto que as diferentes iniciativas possam ter sobre o papel das mulheres na economia e na sociedade em geral. No que toca à minha pasta, esse impacto pode, na prática, revestir múltiplas formas, como a promoção do papel das mulheres no domínio da aplicação da lei, ou o efeito que o financiamento no domínio do apoio aos migrantes tem sobre homens e mulheres.

No que diz respeito à independência no desempenho das minhas funções, trata-se de um valor profundamente enraizado na minha educação, na minha formação e na minha identidade social e cultural. Além disso, prossegui uma longa carreira numa cultura política que se pauta pela transparência. Fui membro do Parlamento nacional e ministra do Governo sueco desde 1988, com exceção de alguns anos. Ao longo da minha carreira, a independência e a integridade foram valores primordiais em todos os cargos que ocupei. Tenciono continuar a seguir esta forma de trabalhar nas minhas próximas funções.

Considero que possuo as qualificações e a experiência profissional adequadas para dar um contributo válido para o interesse geral europeu. Tenciono trabalhar em estreita colaboração com os meus colegas comissários e vice-presidentes e ajudar o Colégio da melhor forma possível na prossecução das prioridades da União Europeia, tal como estabelecidas pela Presidente eleita nas suas orientações políticas.

A partir do momento em que for nomeada, comprometo-me a cumprir integralmente as obrigações evocadas nos Tratados em matéria de independência, transparência, imparcialidade e disponibilidade, conforme definidas no artigo 17.º, n.º 3, do Tratado da União Europeia e no artigo 245.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

Respeitarei escrupulosamente a letra e o espírito do Tratado, em especial a obrigação de agir no interesse europeu e sem receber quaisquer instruções. Honrarei igualmente o código de conduta dos membros da Comissão Europeia e as suas disposições em matéria de conflitos de interesses. A minha declaração de interesses está finalizada e acessível ao público e atualizá-la-ei sempre que seja necessária alguma alteração.

2. Gestão da pasta e cooperação com o Parlamento Europeu

De que modo avaliaria o seu papel enquanto membro do Colégio de Comissários? Em que sentido se consideraria responsável e obrigada a prestar contas, perante o Parlamento, por ações suas ou dos seus serviços? Que compromissos específicos está disposta a assumir em termos de reforço da transparência, de maior cooperação e de tomada em consideração efetiva das posições e pedidos ao Parlamento em matéria de iniciativa legislativa? Relativamente às iniciativas previstas e aos procedimentos em curso, está disposta a transmitir ao Parlamento as informações e os documentos, em pé de igualdade com o Conselho?

Orgulho-me de ter participado, enquanto ministra do Governo sueco, na configuração da política em matéria de emprego, integração e migração da Suécia. No outono de 2015, fui incumbida da coordenação de todas as ações governamentais relacionadas com a gestão da migração e da integração na Suécia. A minha missão consistia em assegurar que os ministros competentes e as autoridades públicas relevantes trabalhassem em conjunto de forma coordenada. Esta experiência específica, juntamente com a minha extensa experiência de Governo, demonstram a minha aptidão e preparação para enfrentar os difíceis desafios da pasta «Assuntos Internos».

A União Europeia opera com base nos seus valores humanitários e, nos últimos cinco anos, deu provas disso salvando vidas e protegendo as pessoas que fugiam da guerra e da perseguição. A União tem também um papel importante a desempenhar no mundo. O que me

motiva é trabalhar para uma União Europeia em que, conjuntamente, possamos proporcionar às pessoas a segurança e a proteção que esperam e merecem em toda o território.

O que me motiva é dar aos cidadãos uma resposta às questões que os preocupam. Os cidadãos da UE consideram a migração e a segurança dois dos desafios mais importantes que a Europa enfrenta. A migração e a segurança figuram entre as prioridades da próxima Comissão e estarão no cerne das suas políticas. A dimensão multifacetada, transversal e internacional da migração e da segurança nos últimos anos veio realçar a importância de uma maior coerência e coordenação a nível internacional e da UE. Gerir eficazmente a migração, proteger as fronteiras externas e garantir a segurança continuará a ser a tarefa primordial para a pasta dos Assuntos Internos, permanecendo no foco da atenção política.

Papel e cooperação com o Parlamento Europeu e as suas comissões

Caso seja confirmada como Comissária, assumirei totalmente a responsabilidade política pelas atividades na minha área de competência, tal como estabelecida na carta de missão que me foi enviada pela presidente eleita Ursula von der Leyen em 10 de setembro de 2019. Atribuo grande importância ao princípio da colegialidade, que considero inestimável, e colaborarei plenamente com os outros membros do Colégio para a conceção e aplicação das novas iniciativas políticas.

Tal como referi mais acima, a colaboração com o Parlamento Europeu reveste-se da máxima importância para mim. Trabalharei com o Parlamento e com as comissões relevantes em todas as fases do processo de elaboração de políticas e do diálogo político.

Uma cooperação interinstitucional eficaz é essencial para o funcionamento do sistema institucional da UE e para a eficiência e legitimidade do sistema de tomada de decisões da UE. Baseia-se em certos princípios orientadores que estou plenamente empenhada em respeitar. Incluem a abertura, a confiança mútua, a eficiência e o intercâmbio regular de informações. As orientações políticas e as cartas de missão da presidente eleita Ursula von der Leyen refletem plenamente estes princípios e salientam a intenção de reforçar a relação peculiar entre o Parlamento Europeu e a Comissão. Se for confirmada no meu cargo de comissária, procurarei alcançar este objetivo e, ao fazê-lo, respeitarei plenamente o disposto no Acordo-Quadro de 2010 e no Acordo Interinstitucional «Legislar Melhor» de 2016. Tenciono gerir a minha interação com o Parlamento de forma aberta, transparente e construtiva, a fim de edificar uma relação de confiança mútua.

Em consonância com as orientações políticas da presidente eleita Ursula von der Leyen, estarei disponível para participar nas sessões plenárias, bem como em todas as reuniões das comissões relevantes e no diálogo tripartido. Assegurar-me-ei de que as comissões parlamentares participam em todos os acontecimentos importantes sob a minha responsabilidade e estou plenamente consciente da importância de reservar igual tratamento ao Parlamento e ao Conselho. Não se trata apenas de um requisito do processo legislativo ordinário, mas também de uma necessidade para qualquer membro do Colégio.

Comprometo-me igualmente a assegurar que as relações com os serviços sob a minha responsabilidade se baseiam nos princípios de lealdade, da confiança, da transparência, do intercâmbio de informações e da assistência mútua. Mais especificamente, procurarei assegurar um fluxo regular de informações com a presidência das comissões parlamentares relevantes, comunicar diretamente com os membros das comissões e assegurar que estou disponível para reuniões bilaterais. Assegurarei também que o Parlamento Europeu seja regularmente informado, sobretudo antes de eventos importantes e em fases críticas das negociações a nível internacional, nos domínios sob a minha responsabilidade.

Garantirei igualmente que as perguntas dirigidas pelos deputados do Parlamento Europeu à Comissão, que sejam da minha responsabilidade, sejam respondidas de forma rápida e precisa. Comparecerei perante o plenário e/ou as comissões do Parlamento Europeu sempre que for chamada a responder a uma pergunta ou a dar uma resposta a uma questão específica.

Transparência

As orientações políticas da presidente eleita Ursula von der Leyen salientam que, para recuperar a confiança dos cidadãos na União, as nossas instituições devem ser abertas e irrepreensíveis em matéria de transparência. Trabalharei em estreita colaboração com o Parlamento Europeu e o Conselho em prol de uma maior transparência ao longo do processo legislativo. Uma vez que as nossas instituições estão ao serviço dos cidadãos, estes devem saber com quem nos reunimos e com quem negociamos, bem como as posições que defendemos no processo legislativo. O reforço da cooperação interinstitucional através da promoção da legitimidade e da responsabilização reforçará a eficiência e a boa governação da UE.

Estou plenamente empenhada em aplicar as amplas disposições em matéria de transparência e de fluxo de informações previstas no Acordo-Quadro sobre as relações entre o Parlamento Europeu e a Comissão e no Acordo Interinstitucional «Legislar Melhor». Assegurarei nomeadamente que estas disposições são respeitadas no âmbito dos meus diálogos estruturados e de outros contactos com as comissões do Parlamento.

Além disso, as propostas políticas sob a minha responsabilidade basear-se-ão em consultas adequadas a peritos e ao público, em conformidade com os princípios da iniciativa «Legislar Melhor».

Seguimento das posições e pedidos de iniciativas legislativas do Parlamento

A presidente eleita Ursula von der Leyen apoia o direito de iniciativa do Parlamento Europeu. Assumiu o compromisso de a sua Comissão dar seguimento às resoluções parlamentares aprovadas por maioria dos seus membros através de um ato legislativo, no pleno respeito dos princípios da proporcionalidade, da subsidiariedade, bem como do acordo «Legislar Melhor». Subscrevo integralmente este objetivo e, no âmbito do compromisso assumido pelo Colégio no sentido de uma parceria aprofundada com o Parlamento Europeu, trabalharei lado a lado

com o Parlamento em todas as fases do debate das resoluções ao abrigo do artigo 225.º do TFUE. Comprometo-me a trabalhar em estreita colaboração com as comissões parlamentares relevantes e a uma presença ativa durante a preparação das resoluções ao abrigo do artigo 225.º do TFUE. É minha convicção profunda que tal irá melhorar o diálogo, promover a confiança e o sentimento de que trabalhamos em conjunto para alcançar um objetivo comum.

A Comissão dará igualmente uma resposta eficaz às resoluções do Parlamento no prazo de três meses após a sua adoção, em conformidade com o Acordo-Quadro. A Comissão assegurará a supervisão política do processo.

Fornecimento de informações e documentos

Para além da minha precedente declaração no sentido de garantir que as comissões parlamentares são envolvidas em todos os acontecimentos importantes sob a minha responsabilidade, ao mesmo tempo e em pé de igualdade com o Conselho, estou plenamente consciente de que o fornecimento de informações e documentos é um aspeto essencial do aprofundamento da parceria entre o Parlamento Europeu e a Comissão. Comprometo-me, por conseguinte, a aplicar plenamente as disposições pertinentes do Acordo-Quadro entre as duas instituições e do Acordo Interinstitucional «Legislar Melhor». O Tratado de Lisboa estabelece a igualdade entre o Parlamento e o Conselho enquanto colegisladores, e assegurarei que este princípio é respeitado no que toca à forma como as informações são partilhadas nas áreas sob a minha responsabilidade.

Perguntas específicas por setor

- 1. Quais serão as suas principais prioridades no âmbito da pasta que lhe foi atribuída e, uma vez que a sua pasta se sobrepõe, em grande medida, à pasta do vice-Presidente para a Proteção do Modo de Vida Europeu, pode identificar especificamente os domínios pelos quais será responsável e aqueles que serão da responsabilidade do vice-Presidente? Compromete-se a comparecer perante a Comissão LIBE quando solicitado e, pelo menos, duas vezes por ano?**

A presidente eleita deixou claro nas suas orientações políticas que precisamos de um novo começo em matéria de migração e asilo, através de um novo pacto para a migração e o asilo.

A minha abordagem será a de ouvir atentamente os diferentes pontos de vista e ajudar a encontrar um terreno comum, assente nos nossos valores comuns e nas nossas responsabilidades de carácter humanitário. Com base nos trabalhos e nos resultados alcançados até à data, terei em conta todos os elementos da política de migração e asilo. Continua a ser essencial seguir uma abordagem global, tendo em consideração a luta contra a migração irregular, o reforço das fronteiras externas, as políticas de regresso, o desenvolvimento de vias legais, a integração dos migrantes e a cooperação com os nossos parceiros fora da UE. Em todos estes domínios, as nossas obrigações de carácter humanitário

continuarão a prevalecer nas minhas considerações. Velarei por que o novo pacto sobre a migração e o asilo estabeleça um equilíbrio adequado entre responsabilidade e solidariedade e apresente soluções pragmáticas e realistas. Só podemos avançar tendo em conta as posições do Parlamento Europeu e do Conselho. Será necessário estabelecer um diálogo estreito para encontrar um terreno comum.

Outra das minhas principais prioridades é preencher as lacunas da nossa abordagem da segurança interna da UE e assegurar que a União está em condições de fazer face às novas ameaças que enfrentamos. Procurarei melhorar a cooperação e o intercâmbio de informações entre as autoridades responsáveis pela aplicação da lei e continuar a construir uma União da Segurança que seja efetiva. A União da Segurança vai para além do conceito de cooperação a nível nacional para tender para uma abordagem de colaboração no domínio da proteção da segurança coletiva da União. Visa reduzir o perímetro de ação de intervenientes hostis e reforçar a nossa resiliência face aos ataques, dotando a UE e os Estados-Membros dos meios para reagir quando necessário. Para alcançar estes objetivos, centrar-me-ei, antes de mais, em garantir a aplicação da legislação existente, em especial e sobretudo, a nova legislação fundamental recentemente adotada em domínios como a interoperabilidade e a luta contra o terrorismo. A luta contra o terrorismo e o extremismo violento, a criminalidade organizada, o abuso e a exploração sexual de crianças e a cibercriminalidade continuará a ser fundamental. Procurarei, em especial, intensificar os nossos esforços no sentido de privar os terroristas dos meios e do espaço necessários para planear, financiar e realizar ataques.

Neste contexto, debruçar-me-ei sobre a forma como podemos melhorar a arquitetura da nossa cooperação em matéria de aplicação da lei e assegurar a inovação tecnológica necessária para assegurar que estamos em condições de lidar com ameaças novas e emergentes. A era digital em que vivemos traz novos desafios e novas oportunidades. Esta constatação implica a definição de um quadro jurídico equilibrado na proposta relativa à prevenção da difusão de conteúdos terroristas em linha. Trabalharei também para garantir que a nossa legislação seja aplicada, tanto em linha como fora de linha e que possamos responsabilizar aqueles que infringem o direito penal, mesmo quando se escondem por detrás do anonimato proporcionado pela tecnologia moderna. Tal incluirá também progredir nos nossos esforços de prevenção da radicalização, tanto em linha como fora de linha. O mundo digital, com todos os seus benefícios para a sociedade, criou também um espaço para os criminosos agirem com aparente impunidade. Isto não é aceitável. Precisamos de dotar os serviços repressivos dos meios para poder agir no mundo digital.

Um impacto direto dos desafios da migração e da segurança nos últimos anos tem sido o facto de o espaço Schengen ter sido posto em causa. O rápido regresso ao pleno funcionamento do espaço Schengen de livre circulação sem controlos nas fronteiras internas é uma prioridade fundamental. Tal exigirá, em primeiro lugar, uma maior concentração dos esforços na aplicação das atuais regras de Schengen, nomeadamente com vista a preparar o caminho para o futuro alargamento do espaço Schengen e, em segundo, analisar a forma de melhorar as atuais regras de Schengen. A reforma do nosso sistema de asilo e da nossa política de regresso, bem como a gestão plenamente eficaz das fronteiras externas, incluindo a intensificação dos esforços para combater a introdução clandestina de migrantes, contribuirão para restabelecer a confiança no espaço Schengen. Um elemento fundamental neste contexto será acelerar a implementação e pleno funcionamento da Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira reforçada, que desempenha um papel central numa fronteira externa forte e gerida de forma eficaz, em conformidade com as orientações políticas.

Para concretizar estas prioridades fundamentais, trabalharei em estreita colaboração com o vice-presidente responsável pela Proteção do Modo de Vida Europeu. A presidente eleita deixou claro que os vice-presidentes e os comissários têm papéis diferentes. Tal como estabelecido nos princípios essenciais que regem os métodos de trabalho da presidente eleita para a próxima Comissão, a direção-geral da migração e dos assuntos internos será colocada sob a minha autoridade direta. O vice-presidente desempenhará um papel de orientação e coordenação no que diz respeito à minha pasta, bem como a outras pastas, com o apoio do secretariado-geral. Presidirá a um grupo de Comissários que reúne vários membros da Comissão e diferentes partes dos serviços, a fim de definir políticas coerentes e produzir resultados. Esta abordagem global e de governação integrada será crucial para o êxito das nossas políticas nos domínios de intervenção acima referidos e eu tenciono contribuir ativamente para esse esforço.

Em conjunto com todos os outros comissários, contribuirei para reforçar a parceria especial da Comissão com o Parlamento Europeu. Atribuo grande valor à solidez da relação com o Parlamento Europeu e velarei por que o mesmo seja aplicável ao domínio dos Assuntos Internos. Apresentar-me-ei regularmente à Comissão para as Liberdades Cívicas, a Justiça e os Assuntos Internos, pelo menos duas vezes por ano. Participarei nos debates interinstitucionais sobre as propostas legislativas e reunir-me-ei com a comissão sempre que a minha presença for considerada necessária. Trabalhar ativamente com os deputados deste Parlamento, nomeadamente com os membros desta comissão, será essencial para fazer avançar as nossas prioridades fundamentais neste domínio.

- 2. Como tenciona utilizar os poderes da Comissão para garantir a plena transposição e aplicação dos instrumentos legislativos da UE existentes no domínio do asilo? Manterá as propostas do Sistema Europeu Comum de Asilo apresentadas em 2016? Como tenciona garantir que estas iniciativas conduzam a uma solução sustentável, baseada na solidariedade e na partilha equitativa de responsabilidades, tal como enunciado e desenvolvido na posição do Parlamento sobre o Regulamento de Dublin (reformulação) e previsto no artigo 80.º do TFUE? Defenderá a aplicação do TFUE e do sistema de votação por maioria qualificada no Conselho no que respeita à adoção das propostas de reforma do SECA? Como irá supervisionar e avaliar o impacto da cooperação formal, informal e financeira com os países terceiros no que respeita aos direitos fundamentais dos requerentes de asilo e dos migrantes, e como irá proporcionar informações atualizadas ao Parlamento sobre estas avaliações? Que medidas irá apresentar para garantir que o interesse superior dos menores acompanhados e não acompanhados seja uma consideração primordial em todas as medidas que digam respeito aos menores e garantir que estes beneficiem de proteção e apoio, em conformidade com a Convenção sobre os Direitos da Criança?**

Enquanto guardião dos Tratados, a Comissão tem um papel fundamental a desempenhar para assegurar a plena transposição e aplicação dos instrumentos legislativos da UE em vigor no domínio do asilo. Os processos por infração são um instrumento útil para a consecução dos nossos objetivos de política e não hesitarei em utilizar esses poderes quando as leis e práticas dos Estados-Membros não forem compatíveis com o direito da UE. Em matéria de asilo, envidarei esforços no sentido tanto da aplicação da legislação como da reforma legislativa, a fim de estabelecer um regime de asilo completo, operacional e verdadeiramente comum, que garanta uma elevada proteção às pessoas necessitadas, impeça os movimentos secundários e

produza resultados no domínio dos procedimentos de regresso das pessoas que não têm direito de permanecer na União Europeia. Ao mesmo tempo, continuarei a dialogar estreitamente com os Estados-Membros e a oferecer apoio operacional e financeiro concreto para os ajudar a fazer face aos desafios que enfrentam e garantir o pleno cumprimento do direito da UE.

Quanto à reforma do asilo, felicito a prontidão com que o Parlamento Europeu definiu a sua posição inicial sobre a maior parte dos instrumentos complexos que constituem a reforma. Para avançar, precisamos agora de relançar e alargar o debate, com base nos trabalhos realizados até à data. Antes de lançar o novo pacto sobre a migração e o asilo, manterei um diálogo estreito com o Parlamento Europeu e com o Conselho, a fim de encontrar um terreno comum sobre o qual construir um compromisso equilibrado. Sabemos que existem muitos elementos pendentes controversos, mas devemos também deixar claro que é essencial encontrar uma solução para estabelecer um regime sustentável para a migração e o asilo. Será igualmente importante que o novo pacto adote uma abordagem holística, colocando a política de asilo no contexto de toda a gama de políticas neste domínio: as interligações entre as políticas e a dimensão do desafio significam que não podemos negligenciar nenhum aspeto.

Com base nesta nova abordagem, as propostas existentes serão reavaliadas e poderão ser reconsideradas, embora se reconheça que se registaram grandes progressos em vários setores. Tenciono centrar-me, em especial, na identificação de todas as formas de solidariedade, a fim de assegurar que todos os Estados-Membros contribuem de forma significativa para apoiar os países mais expostos. Encontrar soluções sustentáveis baseadas na solidariedade e na partilha equitativa de responsabilidades, elementos que inspiraram a posição do Parlamento sobre o Regulamento de Dublin (reformulação), continuará a ser o fator fundamental que orientará o meu trabalho.

O meu objetivo no meu trabalho em matéria de reforma do regime de asilo consiste em superar as divergências e encontrar um terreno comum com base nos nossos valores comuns e nas nossas responsabilidades humanitárias. Para que qualquer solução seja sustentável e viável no futuro, o nosso objetivo deve ser o de alcançar uma convergência o mais ampla possível sobre as questões difíceis sobre a mesa.

Em estreita cooperação com o vice-presidente responsável pela Proteção do Modo de Vida Europeu, o Alto Representante/Vice-Presidente e outros Comissários continuarei a construir parcerias com países terceiros que participem em todo o leque de políticas de migração de uma forma mutuamente benéfica. O respeito pelos direitos fundamentais é tão importante aqui como noutros aspetos da política de migração e asilo. A garantia do respeito do princípio da não repulsão em todas as circunstâncias, garantindo um processo equitativo e o acesso a vias de recurso eficazes, são princípios profundamente enraizados na nossa política e no nosso quadro jurídico. A existência de salvaguardas sólidas dos direitos fundamentais será um aspeto fundamental de toda a cooperação formal, operacional e financeira com países terceiros. Iremos analisar a melhor forma de acompanhar e avaliar o cumprimento desta exigência no âmbito do novo pacto sobre a migração e o asilo e comprometo-me a manter o Parlamento regularmente informado sobre os progressos realizados. Em conjunto com o Alto Representante/Vice-Presidente e com outros colegas, apoiarei o trabalho e a análise das delegações da UE e dos agentes de ligação europeus da migração, os nossos olhos e ouvidos no terreno. Os agentes de ligação para a migração utilizados pela UE, mas também pelos Estados-Membros, nos países parceiros de origem, de trânsito e de destino continuarão a desempenhar um papel fundamental na implementação operacional da abordagem global

destinada a mobilizar a ação e os recursos da UE no âmbito do nosso trabalho externo de gestão da migração.

O superior interesse das crianças constituirá um pilar fundamental de qualquer nova iniciativa neste domínio e continuarei a reforçar as regras de proteção das crianças, nomeadamente os menores não acompanhados, no pleno respeito da Convenção sobre os Direitos da Criança. A Comissão acompanha e continuará a acompanhar de muito perto a aplicação das garantias jurídicas relativas às crianças migrantes, incluindo a obrigação de ter sempre em conta os seus interesses.

- 3. No quadro de uma abordagem holística da migração, que soluções prevê para as atividades de busca e salvamento no Mediterrâneo e nos desertos para impedir que os migrantes morram ao longo das rotas de migração para a Europa? Como avalia o papel das vias legais, como a reinstalação, os vistos humanitários e a migração laboral? Como avalia o papel da Guarda de Fronteiras e Costeira da Líbia nas atividades de busca e salvamento no Mediterrâneo, à luz das violações dos direitos humanos perpetradas e das ligações comprovadamente existentes com os traficantes de seres humanos na Líbia? No que se refere ao salvamento de vidas no Mediterrâneo, ponderaria apoiar a iniciativa dos Estados-Membros, como a França e a Alemanha, quanto a um regime temporário de desembarque de pessoas socorridas no Mediterrâneo para substituir as soluções *ad hoc* atualmente aplicadas? Como irá assegurar a não-criminalização da ajuda humanitária, em conformidade com a Diretiva «Auxílio»? Quais são as suas medidas prioritárias para, por um lado, combater o tráfico de seres humanos (TSH) e os passadores, de modo a destruir os seus modelos de negócio e colmatar as lacunas que estes aproveitam dentro e fora da União Europeia e, por outro lado, proporcionar às vítimas de tráfico de seres humanos a proteção e o apoio necessários?**

Como sublinhado pelo presidente eleito nas suas orientações políticas, o salvamento de vidas sempre foi e continuará a ser a prioridade da Comissão. É nosso dever moral e obrigação legal salvar vidas no mar e conceder proteção às pessoas que fogem de perseguições e ofensas graves, nomeadamente devido a guerras ou conflitos. O novo pacto sobre a migração e o asilo consagrará este imperativo de diferentes formas, incluindo a abertura e o alargamento de vias seguras e legais, assegurando uma abordagem fiável e sustentável para a busca e o salvamento, bem como para a luta contra a introdução clandestina de migrantes. Os trabalhos sobre estes três objetivos serão uma prioridade fundamental.

A Europa tem a responsabilidade de apoiar as comunidades que acolhem refugiados fora da UE, de proporcionar aos refugiados uma ajuda humanitária de base e de ajudá-los a viver com dignidade. Além disso, a Europa deve continuar a ser um lugar de proteção para quem dela necessita. Além de passar a uma velocidade superior na reforma do nosso sistema de asilo e em conformidade com as orientações políticas, quero criar vias legais e seguras para a União Europeia. A reinstalação tem sido um êxito e a UE é um líder mundial nos esforços de reinstalação, mas é necessário ir mais longe, tendo em conta as crescentes necessidades globais. Trabalharei, por conseguinte, com os Estados-Membros para garantir que os esforços de reinstalação sejam intensificados. Além disso, procurarei formas de apoiar a criação de corredores humanitários para proporcionar ajuda urgente aos mais necessitados.

Considero que uma política de migração da UE que funcione deve basear-se numa abordagem global, em que um dos nossos instrumentos para combater a migração irregular é facilitar uma migração legal bem gerida e ordenada. Enfrentamos uma necessidade crescente de migração legal para que os nossos mercados de trabalho se mantenham competitivos e para enfrentar os desafios demográficos a longo prazo. A cooperação no domínio da migração legal pode também incentivar os países terceiros a cooperar melhor com a UE, por exemplo no domínio da readmissão.

Farei avançar os trabalhos sobre uma abordagem nova, mais sustentável, fiável e permanente em matéria de busca e salvamento, que fará parte do novo pacto sobre a migração e o asilo. As operações de busca e salvamento são reguladas principalmente pelo direito internacional, que as autoridades nacionais devem respeitar, enquanto a Comissão não tem competência para coordenar as operações de busca e salvamento ou para indicar os locais de desembarque. No entanto, a experiência dos últimos meses destacou um papel essencial da Comissão neste domínio de apoiar e coordenar ações relativas à recolocação e distribuição das pessoas socorridas após o desembarque, a pedido dos Estados-Membros. Embora as soluções sustentáveis passem necessariamente por uma reforma do Sistema Europeu Comum de Asilo, estou disposta a ponderar a possibilidade de os Estados-Membros adotarem medidas temporárias para dar respostas imediatas e operacionais às necessidades urgentes das pessoas socorridas e dos Estados-Membros mais expostos.

As organizações não governamentais têm também, muitas vezes, desempenhado um papel crucial no salvamento de vidas no Mediterrâneo. Devemos reconhecer o seu contributo. Considero evidente que ninguém que presta uma ajuda humanitária genuína aos migrantes em perigo deve ser punido por isso. A legislação da UE não criminaliza a ajuda humanitária aos migrantes. Pelo contrário, proporciona aos Estados-Membros a possibilidade de o excluir explicitamente, utilizando a «cláusula de isenção humanitária» da Diretiva «Auxílio». Todavia, estou consciente de que a aplicação desta cláusula suscitou algumas questões e que o Parlamento Europeu tem apelado à Comissão para que elabore orientações sobre esta cláusula de isenção humanitária. Por conseguinte, durante o meu mandato, tenciono examinar esta questão de forma mais aprofundada, colaborando com o Parlamento Europeu, a sociedade civil e todas as partes interessadas pertinentes, a fim de encontrar o caminho mais adequado a seguir, tendo em conta os vossos pontos de vista e a vossa experiência na aplicação das regras em vigor.

Além disso, tenciono continuar a desenvolver o trabalho no âmbito do plano de ação contra a introdução clandestina de migrantes. Precisamos de manter a pressão para destruir o modelo de negócio cruel dos passadores e dos traficantes de seres humanos. Tal implica igualmente uma cooperação reforçada com os países terceiros de origem, de trânsito ou de destino.

Quanto às questões suscitadas pelas ações europeias na Líbia: Penso que não podemos ficar à margem. O compromisso com a União Africana e as Nações Unidas tem claramente como objetivo apoiar e ajudar os migrantes e os refugiados na Líbia. É a guarda costeira líbia a responsável pelas águas territoriais líbias e é essencial que cumpra a sua missão de forma correta. O apoio da UE através da formação contribui para estabelecer normas mais rigorosas, para detetar e desmantelar atividades de introdução clandestina de migrantes e para evitar eficazmente a ocorrência de mortes nas águas líbias. A prioridade desta formação consiste em salvar vidas no mar e uma parte essencial da mesma tem sido consagrada aos direitos humanos, em especial aos direitos das mulheres e ao tratamento digno dos migrantes e refugiados, em estreita parceria com a OIM e o ACNUR. Estou consciente de que os desafios

em matéria de direitos humanos associados às operações da guarda costeira líbia continuam a ser um problema. É por este motivo que a Operação Sophia introduziu um acompanhamento específico. O respeito pelos direitos fundamentais é fundamental e trabalharei no sentido de garantir que este aspeto é incorporado em todas as nossas ações. Considero igualmente prioritário reforçar o nosso compromisso com os países que fazem fronteira com a Líbia para reprimir as redes de passadores que põem as pessoas na via da exploração e do sofrimento. A equipa de investigação conjunta no Níger desmantelou dezenas de redes que levaram à detenção de centenas de passadores e traficantes. Devemos procurar expandir este trabalho.

A situação e as condições dos migrantes detidos na Líbia são inaceitáveis. Continuarei a instar as autoridades líbias a esvaziar e a encerrar os centros de detenção, em estreita cooperação com a União Africana e as Nações Unidas. Ao mesmo tempo, devemos continuar a encontrar formas de ajudar os mais vulneráveis a deixar a Líbia, trabalhando com o ACNUR em iniciativas como o mecanismo de trânsito de emergência para fornecer um corredor humanitário que dê resposta às necessidades mais urgentes. O sucesso desta ação depende fortemente da capacidade dos Estados-Membros de aumentar o número de reinstalações e não devemos deixar de empregar todos os meios, financeiros e outros, para os encorajar.

Muitos grupos de passadores de migrantes estão também envolvidos no tráfico de seres humanos. Esta forma perniciosa de criminalidade organizada constitui uma grave violação dos direitos humanos, impulsionada por enormes lucros. A luta contra este crime, deve ser uma parte essencial do nosso trabalho com parceiros de fora da UE. Mas não devemos esquecer que estes crimes são cometidos dentro da Europa; com efeito, cerca de metade das vítimas presumidas e identificadas são cidadãos da UE e 22 % caem nas redes de tráfico no seu próprio Estado-Membro. Trata-se de uma questão fundamental em que a União da Segurança precisa de ser o mais eficaz possível. Temos de envidar mais esforços para garantir que estas redes sejam eliminadas e que a cooperação transfronteiriça possa colmatar eventuais lacunas, destruindo as cadeias de tráfico de seres humanos formadas por traficantes, beneficiários de lucros, exploradores, utilizadores e agressores,

- 4. Em 2015, vários Estados-Membros introduziram controlos nas fronteiras internas do espaço Schengen, tendo mantido essas disposições desde então. Tendo em conta a importância de preservar o espaço Schengen para a liberdade e a segurança dos cidadãos da UE, como tenciona resolver a situação atual e assegurar o regresso a uma situação em que os controlos sejam totalmente abolidos em todas as fronteiras internas? Que medidas tenciona adotar para garantir que as regras que limitam os controlos nas fronteiras internas sejam plenamente respeitadas por todos os Estados-Membros? Comprometer-se-á a instaurar processos por infração contra os Estados-Membros – independentemente do seu peso – que não respeitem essas regras? Tenciona preservar, rever ou retirar a proposta da anterior Comissão sobre a revisão das regras do Código das Fronteiras Schengen relativas ao controlo temporário nas fronteiras internas?**

O espaço Schengen de livre circulação é uma das conquistas mais importantes e tangíveis da integração europeia, transformando a vida dos cidadãos da UE. Ora, os desafios surgidos nos últimos anos, designadamente o elevado número de movimentos secundários, tiveram como consequência direta o pôr em causa o espaço Schengen. O regresso a um espaço Schengen

plenamente operacional sem controlos nas fronteiras internas constitui uma prioridade fundamental. Os controlos temporários nas fronteiras internas, ainda mantidos por alguns Estados Schengen, demonstram a necessidade de reforçar um espaço Schengen eficaz e de restaurar a confiança.

A confiança na nossa capacidade coletiva de gerir os pedidos de asilo, de proteger as fronteiras externas e de evitar os movimentos secundários, assim como de cooperar eficazmente para atenuar as ameaças à segurança são pilares fundamentais do pleno funcionamento do espaço Schengen. Por estes motivos, a estratégia relativa à forma de regressar a um espaço Schengen plenamente operacional será um aspeto fundamental do novo pacto sobre a migração e o asilo.

Examinarei os meios legislativos e não legislativos para reforçar Schengen. Debruçar-me-ei sobre os meios de tirar partido das recomendações da Comissão de 2017 em matéria de substituição dos controlos nas fronteiras internas por controlos policiais proporcionados e por cooperação. Concentrar-me-ei em garantir a aplicação das atuais regras de Schengen, nomeadamente com vista a preparar o caminho para o futuro alargamento deste espaço e procurarei melhorar o seu funcionamento. Será conveniente, no quadro desta abordagem, reexaminar a alteração proposta ao Código das Fronteiras Schengen. O meu objetivo é proporcionar mais clareza aos Estados-Membros sobre as alternativas à reintrodução dos controlos nas fronteiras internas. Trabalharei com todos os Estados-Membros em causa para procurar soluções que permitam levantar os atuais controlos nas fronteiras internas. A reintrodução dos controlos nas fronteiras internas deve continuar a ser uma opção de último recurso, permitida apenas quando estritamente necessário para responder a uma ameaça grave à ordem pública ou à segurança interna.

Paralelamente, para reforçar as fronteiras externas, uma das minhas principais prioridades consiste em implementar rapidamente e tornar plenamente operacional o Regulamento relativo à Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira recentemente adotado e, em especial, acelerar a criação do contingente permanente. A modernização do nosso sistema de asilo está, de resto, estreitamente ligada a esta questão. Outro elemento essencial para a segurança do espaço Schengen é o reforço da política comum de vistos da UE. O Código de Vistos revisto será aplicado a partir do início do próximo ano, mas vejo mais margem para modernizar o tratamento dos procedimentos de visto, a fim de alcançar uma forma moderna, convival e segura de gerir as viagens de nacionais de países terceiros para o espaço Schengen. Continuarei também a dialogar com os principais países parceiros no domínio da política de vistos, nomeadamente no que se refere à plena reciprocidade na isenção de vistos.

Por último, a aplicação da recentemente acordada interoperabilidade dos sistemas de informação da UE, bem como o desenvolvimento dos novos sistemas de informação nas fronteiras (Sistema de Entrada/Saída e ETIAS) contribuirão para um controlo mais eficaz das fronteiras externas; trata-se de algo que tenciono acompanhar de perto. Os progressos nestes domínios permitir-nos-ão criar um espaço Schengen forte e resiliente.

Enquanto guardião dos Tratados, a Comissão tem um papel fundamental a desempenhar para assegurar a plena transposição e aplicação do acervo de Schengen. Exercerei estes poderes no quadro do funcionamento de Schengen. Tal inclui os poderes da Comissão para avaliar a necessidade e a proporcionalidade de futuros prolongamentos dos controlos nas fronteiras. Além disso, utilizarei plenamente outros mecanismos destinados a assegurar o cumprimento do acervo de Schengen, como o mecanismo de avaliação de Schengen — um mecanismo

baseado na confiança entre os Estados-Membros e destinado a melhorar a sua aplicação por estes do direito da UE.

- 5. Enquanto Comissária indigitada para os Assuntos Internos, quais são as suas prioridades no âmbito da sua pasta no que diz respeito à segurança interna? Como avalia a atual situação em termos de legislação? Concorda com a afirmação segundo a qual a garantia da segurança interna dependerá, em primeiro lugar, da plena utilização dos instrumentos e da legislação existentes e da identificação de eventuais lacunas? Como irá garantir que qualquer medida de segurança por si proposta respeite plenamente os direitos fundamentais e os princípios da necessidade e da proporcionalidade, inclusive durante e após a fase de aplicação a nível nacional? Prevê rever e expandir o mandato da Europol? Em que medida? Tenciona propor legislação específica para reforçar os direitos das vítimas?**

Para além das reuniões normais com a Comissão LIBE, compromete-se a organizar um diálogo bianual (semestral) com a Comissão LIBE para avaliar a aplicação das medidas no domínio da segurança interna, identificar lacunas e eventuais soluções para colmatar essas lacunas?

A sociedade está a mudar rapidamente e, conseqüentemente, os nossos desafios em matéria de segurança evoluem. É por isso que precisamos de continuar a melhorar as nossas políticas e instrumentos para combater a criminalidade e o terrorismo, para que as nossas respostas estejam à altura das ameaças, tirando também partido das ligações que existem entre os diferentes domínios de ação e procurando sinergias entre estes. O respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais será parte integrante da minha abordagem.

Para construir uma União da Segurança eficaz, com base nos alicerces desenvolvidos nos últimos cinco anos, trabalharei em estreita colaboração com o vice-presidente responsável pela Proteção do Modo de Vida Europeu. Em especial, continuarei a trabalhar no sentido da plena transposição e aplicação da legislação em vigor. Utilizarei todos os meios, incluindo os processos por infração, se necessário, para assegurar a correta aplicação do direito da União no domínio da segurança. A aplicação plena e em tempo útil dos regulamentos recentemente adotados sobre a interoperabilidade dos sistemas de informação da UE continua a ser uma prioridade absoluta que irei acompanhar de muito perto. Promoverei também uma cooperação estreita entre as agências da UE no domínio da justiça e dos assuntos internos.

Ao mesmo tempo, trabalharei no sentido de colmatar as lacunas ainda existentes nas nossas políticas de segurança. A obtenção de um acordo rápido sobre a proposta de regulamento relativo à prevenção da difusão de conteúdos terroristas em linha constitui uma prioridade absoluta. As medidas repressivas não deveriam ser postas em cheque pela impossibilidade de ter acesso ao rasto digital dos crimes. Temos de enfrentar este desafio e garantir que as nossas leis penais também sejam aplicáveis em linha.

Dada a natureza complexa, transfronteiras e em constante evolução das ameaças, nomeadamente no ciberespaço, é necessária uma abordagem integrada e abrangente da sua segurança. Devemos assegurar uma melhor cooperação e uma melhor partilha de informações entre as diferentes comunidades, incluindo entre os setores público e privado, bem como analisar conjuntamente as dimensões interna e externa. Temos de continuar a investir na

inovação e na investigação para dotar a nossa polícia dos instrumentos de que necessitam para enfrentar os desafios atuais e para acompanhar as rápidas mudanças tecnológicas. Devemos melhorar a nossa cooperação transfronteiriça para colmatar as lacunas na luta contra a criminalidade grave e o terrorismo na Europa. Tenciono centrar-se em garantir que os Estados-Membros disporão de capacidades e conhecimentos suficientes para enfrentar eficazmente as novas ameaças à segurança colocadas pelos criminosos que utilizam novas tecnologias, como a inteligência artificial e as redes 5G.

A competência policial é limitada aos territórios nacionais, ao passo que a criminalidade grave e o terrorismo são cada vez mais transnacionais. A arquitetura da cooperação em matéria de aplicação da lei deve ser adequada para eliminar os ângulos mortos e dar resposta às ameaças novas e emergentes. A melhoria da cooperação transfronteiriça entre as autoridades responsáveis pela aplicação da lei deverá assegurar a disponibilidade das informações necessárias à investigação da criminalidade organizada e do terrorismo. Quero também abordar especificamente a questão das zonas transfronteiriças de alto risco, nomeadamente no que respeita à criminalidade organizada.

A Europol desempenha um papel vital na luta contra a criminalidade transnacional grave e o terrorismo. O Regulamento Europol será avaliado durante o meu mandato. Em função dos resultados da avaliação, poderão ser necessárias atualizações do referido regulamento.

Devem ser intensificados esforços no sentido de prevenir, proteger e reprimir o terrorismo. É necessário continuar a trabalhar para reduzir o espaço de manobra dos terroristas e restringir o seu acesso a explosivos, armas e financiamento. Ao mesmo tempo, devemos reforçar a resiliência das nossas infraestruturas críticas e aumentar o nível de proteção. A nossa abordagem em matéria de segurança e proteção deve ser tão estrita e rigorosa em linha como fora de linha. Continuarei, por conseguinte, a envidar esforços para prevenir e eliminar os conteúdos terroristas em linha. O Fórum Internet da UE continuará a ser um fórum fundamental para reunir plataformas da Internet e as autoridades com o objetivo de combater os discursos de ódio e os conteúdos terroristas em linha. Este será um vetor importante da prossecução da luta contra a radicalização, o extremismo violento e o terrorismo.

Já dispomos de um conjunto de regras vinculativas que preveem os direitos fundamentais de proteção, de apoio e, em certos casos, de indemnização das vítimas de crimes em toda a União, mas é preciso ter em conta que cada vítima é diferente. Como sublinhado nas conclusões e recomendações da Comissão Especial sobre o Terrorismo do Parlamento Europeu, as vítimas do terrorismo têm necessidades diferentes das vítimas do tráfico de seres humanos. É por esta razão que a Comissão e o Parlamento Europeu trabalharam em estreita colaboração sobre as regras para categorias específicas de vítimas, como as crianças vítimas de exploração sexual, o tráfico de seres humanos, as vítimas do terrorismo e as vítimas de fraudes relacionadas com meios de pagamento que não em numerário. É fundamental que estas regras sejam corretamente transpostas e aplicadas em todos os Estados-Membros da UE. Trabalharei em estreita colaboração com os meus colegas Comissários responsáveis pela Justiça e pela Igualdade, a fim de determinar se existem lacunas na legislação atual e se precisamos de regras adicionais a favor das vítimas.

Considero que a segurança e o respeito pelos direitos fundamentais são objetivos políticos coerentes e complementares. A adesão do público à política de segurança conquista-se através do respeito pelos direitos fundamentais. Ao mesmo tempo, é fundamental garantir que não existem ângulos mortos quando se trata da segurança dos nossos cidadãos. Precisamos de combinar a eficácia com uma vigilância permanente em matéria de salvaguarda dos direitos fundamentais, bem como com a necessidade e a proporcionalidade. Com base em exemplos recentes, como a nova legislação sobre a interoperabilidade dos sistemas de informação da UE, velarei por que os direitos fundamentais, incluindo o direito à proteção dos dados pessoais, estão integrados na definição de qualquer legislação futura e, em seguida, acompanharei de perto a sua aplicação efetiva nos Estados-Membros, utilizando todos os poderes à nossa disposição.

Em consonância com o objetivo de reforçar a parceria especial da Comissão com o Parlamento Europeu, apresentar-me-ei regularmente à Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, nomeadamente no quadro dos diálogos regulares sobre segurança. O Parlamento Europeu, e em especial esta comissão, desempenhou um papel importante na construção da União da Segurança. Tenciono trabalhar ativamente com os membros deste Parlamento e, em especial, com esta comissão, a fim de impulsionar as nossas principais prioridades neste domínio.